Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersetorialidade e família
Evento realizado em 23, 24 e 25 de outubro de 2019
ISBN 978-65-5623-002-3

O RECEITUÁRIO FOI FORNECIDO: DESTRUIR O SOCIAL PARA SALVAR O CAPITAL

Rodrigo Cristiano Diehl[1]

Jussara Maria Rosa Mendes[2]

Resumo: Conjecturar Estado, neoliberalismo, sistemas de proteção social e movimentos político-econômicos na América Latina no atual cenário é um desafio instigador. Mesmo assim, o objetivo com o presente estudo é compreender o Estado de orientação neoliberal na América Latina e seus impactos aos sistemas de proteção social. Diante desse contexto da pesquisa, questiona-se: quais são as perspectivas que devem ser levantadas na compreensão do Estado de orientação neoliberal na América Latina no que se refere aos impactos aos sistemas de proteção social? Como forma de possibilitar a análise de tal cenário, o artigo foi dividido em dois tópicos: o primeiro responsável por compreender o Estado de orientação neoliberal na América Latina e, o segundo, em analisar os sistemas de proteção social e as influências do neoliberalismo em sua constituição. A metodologia aplicada na pesquisa está dividida em três eixos: para alcançar os objetivos inicialmente propostos será utilizado a pesquisa exploratória-descritiva; para organizar e coletar os materiais do estudo utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica de caráter quanti-quali e; para o tratamento desses dados, o método a ser empregado será o materialismo-dialético.

Palavras-chave: América Latina. Capital. Estado. Neoliberalismo Proteção social.

1 INTRODUÇÃO

O capital deve ser entendido como a unidade diferenciada de relações sociais que é apresentada na forma de exploração e dominação. No mundo do capital, todo o relacionamento de domínio de classe é um relacionamento igualmente explorador e, todo o relacionamento de exploração é, no que diz respeito a ele, um relacionamento de domínio de classe. No entanto, deve-se notar que existem diferentes formas de opressão e exercício do poder que não constituem classes, por exemplo: pais/filhos, professor/aluno, médico/paciente, entre outros, que não afetam as formas de exploração direta dos trabalhadores ativos e indireta sobre trabalhadores inativos.

[1]Doutorando em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, com bolsa Capes. Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, com bolsa Capes. Advogado e professor. E-mail: rodrigocristianodiehl@live.com

[2]Doutora em Serviço Social; docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, docente permanente do PPG em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, representante de área junto ao CNPq. E-mail: jussaramaria.mendes@gmail.com.

ISBN 978-65-5623-002-3

Em sociedades cuja principal marca são as amplas desigualdades sociais e econômicas e a falta de acesso da maioria da população aos sistemas de proteção social, através da garantia de direitos sociais, como é o das latino-americanas, o estudo do papel do Estado de orientação neoliberal é de extrema importância para estabelecer, ou pelo menos teoricamente, como o agente responsável por concretizar direitos e afastar a tentativa de domínio do capital periférico dos principais espaços de poder e decisão opera.

Em virtude de representar uma das principais fontes de provisão de bem-estar social nas sociedades latino-americanas, os sistemas públicos de proteção social são contraditoriamente o objetivo de políticas neoliberais já conhecidas, mas agora travestidas de outros fenômenos (neoconservadorismo, por exemplo), que promovem seu desmantelamento e sua descaracterização, o que implica diretamente na concretização dos direitos de cidadania e na expansão de vulnerabilidades.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é compreender o Estado de orientação neoliberal na América Latina e seus impactos nos sistemas de proteção social. Para atingir esse objetivo, o artigo foi dividido em dois momentos, correspondendo, respectivamente, aos objetivos específicos: o primeiro responsável pela compreensão do Estado de orientação neoliberal na América Latina, principalmente a necessidade de salvar o sistema capitalista, e o segundo, analisar os sistemas de proteção social e as influências diretas e indiretas do neoliberalismo em sua constituição, especialmente na finalidade de destruir o social.

Na construção do trabalho, a rota metodológica utilizada em relação aos objetivos foi uma investigação exploratória-descritiva; em relação aos procedimentos, uma investigação bibliográfica quanti-quali e, por sua vez, a análise dos dados utilizou o materialismo-dialético por permitir umaa aproximação dos fenômenos naturais e sociais a partir do ponto dialético, fazendo sua interpretação, sua maneira de focalizá-los, na perspectiva de materializar um movimento real, suas contradições e forças.

Deste modo, o problema de pesquisaque surge é: quais são as perspectivas que devem ser levantadas na compreensão do Estado de orientação neoliberal na América Latina no que se refere aos impactos aos sistemas de proteção social?

2 ESTADO DA ORIENTAÇÃO NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA: SALVANDO O CAPITAL

Ao desvendar alguns dos processos fundamentais na criação do "sistema de capital" imaginário, é preciso construir a premissa básica de que o modo de produção

ISBN 978-65-5623-002-3

capitalista é apresentado como um emaranhado de técnicas e relações sociais de produção organizadas em torno do mundo da acumulação para o lucro, tendo como mediador o mercado e com base na generalização da forma de produção que inclui, neste momento, a força de trabalho (JESSOP, 2013).

No entanto, a perda de controle pelo sistema de capital é uma deficiência real e é uma consequência direta da separação de funções diretamente ligadas à produção e ao controle dos processos de trabalho. Essa deficiência causou uma falta de unidade, ou seja, a falta de coesão dos microssistemas socioeconômicos, garantindo o pleno funcionamento do sistema de capitais, o que obrigou o Estado moderno a se elevar com base no metabolismo socioeconômico que engole e complementa, imperativamente, algumas lacunas (MÉSZÁROS, 2011).

A fim de garantir as necessidades mais básicas do sistema capitalista, o Estado moderno, entendido em seu dinamismo histórico, é transformado e emerge, sobretudo, exercendo seu poder sobre as forças centrífugas no sistema reprodutivo estruturado de forma contraditória. A estrutura legal, projetada para a manutenção dos sistemas econômicos, também deve estar ligada à destruição de todas as barreiras - locais, regionais ou nacionais - que comprometam a expansão do processo de acumulação ilimitada de capital, ou seja, a base do capitalismo. Portanto, deve haver uma articulação muito bem estruturada entre o dinamismo histórico do capitalismo e os Estados nacionais, mesmo que, como modo de reprodução e controle sociometabólico (com sua circulação global imperativa), seja inconcebível que tal sistema seja limitado a esses limites (MÉSZÁROS, 2011).

Com base na estruturação do capitalismo global e das estruturas nacionais, e antes de entrar nos efeitos causados pela aplicação de uma dessas articulações –o neoliberalismo -, é preciso entender sua emergência com base em seu contexto histórico. Assim, como Anderson (1995) lembra, o fenômeno neoliberal é diferente do liberalismo clássico, presente no século passado, que surge em um contexto marcado por um forte movimento contrário aos privilégios da nobreza e do Estado, pregando a igualdade legal entre os indivíduos. Seu significado político estava ligado a uma atitude mais progressista e baseada em fundamentos ideológicos da filosofia, economia e política (CARCANHOLO, 2004).

Por sua vez, o neoliberalismo floresceu após o final da Segunda Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte, onde há países marcados - hoje - pela presença do capitalismo central. Pode ser analisado como uma reação teórica e política

ISBN 978-65-5623-002-3

contra dois modelos de Estados: o intervencionista e o de bem-estar social. Encontra sua base na teoria econômica, uma vez que vincula todas as dimensões da vida e da sociedade (social, jurídica, política, etc.) a critérios exclusivamente econômicos, tornando-a a única opção possível. Para que sua aplicação seja completa, é necessária direcionar uma força reacionária contra o Estado de Bem-estar Social para terminar ou minimizar ao máximo as realizações da classe trabalhadora (BURGINSKI, 2018).

Com base no trabalho "O caminho da servidão", de Friedrich August von Hayek (1944), o objetivo foi eliminar quaisquer limitações por parte do Estado aos mecanismos de mercado, apresentando uma ameaça à liberdade econômica e política sujeita a intervenção. Ao promover um ataque às vésperas das eleições na Inglaterra em 1945, onde o Partido Trabalhista inglês era o favorito na corrida parlamentar, Hayek declarou: apesar de suas boas intenções, uma socialdemocracia inglesa moderada levou ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna (ANDERSON, 1995).

A partir desse momento, vários centros de estudos foram desenvolvidos para ampliar o pensamento das teorias neoliberais. A seguir, lista-se as três principais escolas em ordem de criação: I) a Escola Austríaca, dirigida por Friedrich Hayek, considerada a patrona do pensamento neoliberal; II) a Escola de Chicago, desenvolvida por três pensadores: Theodore William Schultz e Gari Stanley Becker (intelectuais da teoria do capital humano) e Milton Friedman (mais conhecido pela mídia) e; III) a Escola de Virginia ou *publicchoice*, personificada na pessoa de James M. Buchanan Jr. (MORAES, 2001).

As décadas de 1970 e 1980 foram classificadas como os primeiros períodos de difusão das ideias neoliberais do mundo através dos processos de globalização. Os elementos constituintes dessa difusão podem ser agrupados em dois pontos: primeiro, o colapso do modelo de bem-estar social e a necessidade de restaurar o poder de classe das elites econômicas que, em parte, foram limitados pelas regulamentações estatais. Um exemplo desse momento na América Latina foi o golpe militar no Chile (1973) que listou o neoliberalismo como a única saída possível para a crise (HARVEY, 2008).

O segundo fator que contribuiu decisivamente para a hegemonia neoliberal foi o desmembramento da União Soviética (em 8 de dezembro de 1991 com a assinatura do Pacto Belaveja), que se materializou na imaginação de um mundo unipolar (um único polo de poder).Esse marco também pode ser analisado como elemento fundamental para a "derrota" ideológica da esquerda no mundo, espalhando a imaginação, segundo Pereira

ISBN 978-65-5623-002-3

e Araújo (2018), de que não haveria alternativas ao pensamento hegemônico do sistema capitalista.

Com isso, o neoliberalismo marcou o início de uma nova era no sistema capitalista com uma nova ofensiva (ou antiga, apenas revestida) contra os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. O Estado, dentro da estratégia de dominação das classes proprietárias dos meios de produção, retomou o aumento das taxas de juros (aumentando o lucro do capital rentista) e recompôs o poder do bloco dominante. Essa retomada não resultou inicialmente no desmantelamento do Estado, devido à necessidade de usá-lo para atacar de várias maneiras, de golpes militares a eleições formalmente democráticas, sem a participação da população (CASTELO, 2014).

Esse ataque aliou-se ao discurso da instituição de um Estado mínimo em todas as suas esferas, porém, na prática, houve uma diminuição da participação do Estado na proteção dos direitos sociais por meio do desmonte – ou da não estruturação – de políticas sociais. De acordo com Burginski (2018), no neoliberalismo, a função ideal do Estado altera a história de um Estado mínimo e abre espaço para um Estado forte na garantia da economia de mercado e omissivo na proteção de direitos sociais.

O crescimento das escolas de pensamento neoliberais foi especialmente alimentado pela primeira grande crise do modelo econômico capitalista do pós-guerra(1973), na qual o mundo capitalista entrou em uma recessão econômica longa e profunda, que também causou altas taxas de inflação e baixo crescimento econômico. A partir desse momento, segundo Anderson (1995), tudo mudou, o foco do ataque das correntes neoliberais foi redirecionado ao poder excessivo e prejudicial dos sindicatos e aos movimentos trabalhistas que foram colocados na parede como causa da corrosão nas bases da acumulação capitalista, devido às constantes reivindicações por melhores salários e ao maior desempenho do Estado na proteção social.

Analisando os cenários políticos, pode-se dizer que a implementação de teorias neoliberais foi facilitada pelos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. No entanto, segundo Burginski (2018), foi na América Latina onde os primeiros experimentos, comumente chamados de laboratórios do neoliberalismo, foram vivenciados especialmente no Chile durante o governo militar do general Augusto Pinochet.

Um ponto que não foi considerado na implementação do neoliberalismo, sobretudo na América Latina, foram as repercussões das crises cíclicas do capitalismo que começaram a desencadear no final da década de 1970, com o aprofundamento na

ISBN 978-65-5623-002-3

década de 1990, onde atingiram não apenas a esfera econômica, mas também, a legitimação das novas iniciativas de refuncionalização do Estado para proporcionar maior expansão de capital. Assim, o thatcherismo no Reino Unido, o reaganismo nos Estados Unidos e o pinochetismono Chile tornaram possível a visibilidade global da doutrina neoliberal e o projeto intelectual e moral da burguesia, estruturado sob um grupo de trabalho de privatizações, redução do aparato estatal e desmantelamento dos sistemas de proteção social alcançados durante o Estado de Bem-estar Social ou inspirados por ele, como é o caso dos países da América Latina.

A aplicação de políticas neoliberais pelos Estados, ao promover o empobrecimento da classe trabalhadora, exigiu a revisão das formas de intervenção do Estado na questão social. Nesse momento, com a participação de novos atores, organizações internacionais, interesses burgueses e Estados, procurou-se construir alternativas no contexto das políticas sociais, para que os princípios básicos do mercado pudessem ser preservados. Entre as reformas institucionais, o aumento da rede de seguridade, o alívio da pobreza e os pactos anticorrupção, o Consenso de Washington ganhou seguidores e aplicações na América Latina (SIMIONATTO; COSTA, 2014).

As contrarreformas no Estado (ajuste estrutural, privatização - incluindo sistemas de proteção social - e abertura externa ao mercado, por exemplo) começaram com a desregulamentação, fragmentação-precarização e culminaram na constituição do Estado de tensão psicossocial como uma ferramenta poderosa que enfraquece as capacidades e as vontades organizacionais dos trabalhadores. Esse ambiente é estruturado porque combina condições objetivas (crises econômicas, desemprego, diminuição da renda média, exploração e precariedade das relações de trabalho) e condições subjetivas (falta de consciência de classe, angústia pelo grande número de desempregados e aumento da pobreza).

É importante a construção de Wood (2014) em relação ao processo de retirada do Estado na condução de políticas de bem-estar social causadas pela aplicação de ideais neoliberais, para os quais, finalmente, foi criada uma falsa impressão de declínio estatal. No entanto, o que acontece na prática é o oposto: o Estado está no centro da globalização do capital e continua a desempenhar um papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital (BURGINSKI, 2018), longe das empresas fracas e multinacionais de serem onipotentes, uma vez que o sucesso econômico das empresas depende dos Estados.

ISBN 978-65-5623-002-3

Na América Latina, o restabelecimento neoliberal da ordem colonial foi tragicamente marcado pela ativação e pelo desenvolvimento de um novo ciclo de violência imperialista. A cronologia desse novo ciclo está enraizada na violência brutal perpetrada pelos Estados, com golpes militares na década de 1970, no enfraquecimento da economia na década de 1980 e na exploração, dívida externa e ajustes estruturais, como privatização, desregulamentação financeira e flexibilidade do trabalho nos anos 1990. Agora, as sociedades ocidentais estão no estágio do capitalismo senil, onde todas as formas de violência colonial coexistem no mesmo ambiente sócio histórico: o terror da repressão e a criminalização dos movimentos sociais; a violência de desapropriação que expulsa populações de seus territórios e; a diminuição de investimentos em áreas prioritárias (ARAÓZ, 2013).

Essa nova estrutura, denominada hegemonia neoliberal, na qual o Estado, em termos de proteção e concretização de direitos sociais, passa a ter apenas funções residuais - como políticas compensatórias - e saúde, educação e previdência social são direcionadas para o mercado. Junto a esse cenário, há a instituição de outro paradigma: a retomada do papel do Estado como promotor de políticas sociais, com o objetivo de promover a justiça social, combater a exclusão e as desigualdades. As novas políticas sociais têm como eixos de transformação a seletividade e extensão dos critérios de focalização, a introdução da participação do setor empresarial, o fortalecimento de parcerias com o terceiro setor e a expansão e institucionalização da participação social (MELO; PAESE, 2013).

Portanto, com base na técnica apresentada, na América Latina existe uma forte tendência de os cidadãos serem concebidos como contrapartes do Estado na existência de um processo no qual a formulação genérica e abstrata é atravessada por uma lógica do exercício do poder político através do qual as estruturas de dominação particularista/personalista são reificadas (FLEURY, 1994). No entanto, sua (des)construção ocorre na dimensionalidade, ou seja, nos limites funcionais entre a garantia de proteção social ao cidadão e sua violação por meio de constantes contrarreformas e entregas ao capital.

Analisando a lógica do capitalismo contemporâneo e suas interfaces com o neoliberalismo, a tendência não é a completa eliminação das políticas sociais; pelo contrário, é a criação de uma crescente tensão na universalidade e na redistribuição dos fundos públicos de proteção social, especialmente os derivados de duas abordagens: I) flexibilidade e precariedade das relações de trabalho com a redução das ordens sociais

ISBN 978-65-5623-002-3

(tributos) dos superlucros e; II) supercapitalização, ou seja, a ocorrência de privatizações declaradas em setores sociais, como saúde, educação e seguridade social (BEHRING, 2008).

Segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2019) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego na América Latina é de aproximadamente 10% (dez por cento) na população economicamente ativa. O que, analisando sob uma perspectiva neoliberal, pelo menos um décimo da população latino-americana (sem considerar outros grupos) não estão protegidos pelos sistemas públicos de proteção social, isto é, são aquelas pessoas conhecidas comosem-sem: sem trabalho e sem proteção.

Esse fato demonstra que o atual fenômeno sócio-trabalhista também é desigual, uma vez que possui diversas funções de acordo com o país analisado, essa diferença pode ser verificada em alguns elementos, como: o grau de desenvolvimento econômico de um país (neste ponto, a questão da localização do capital, periférica ou central, implica em abordagens variáveis) e a conscientização da classe trabalhadora e a luta pela manutenção e expansão dos direitos fundamentais (individuais, sociais e solidários/fraternos).

Levando em consideração essa estrutura de Estado (talvez imposta), de Estado (democracia), sociedade (bloco histórico) e mercado (neoliberalismo), a análise do próprio Estado latino-americano é extremamente importante como ferramenta para entender a estrutura subjacente de qualquer política pública, em particular, dos sistemas de proteção social. Além de ser um processo histórico construído pela classe trabalhadora, de aceitação e legitimação, a proteção social é desenvolvida mediante a garantia de direitos de cidadania a favor ou contra o próprio Estado, mas que, atualmente, está em processo de descaracterização e desmonte. Este será o assunto do próximo capítulo.

3 DESPROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA HOJE: DESTRUINDO O SOCIAL

O sistema capitalista tem a facilidade de promover dois fenômenos contraditórios conjuntamente: o progresso no campo da produção e a considerável expansão da pobreza, como resultado da má distribuição da produção socialmente produzida, sob a exploração do trabalho. Assim, é apresentada a lei geral da acumulação capitalista, onde as expressões da questão social representam o resultado da tentativa de confrontar as duas classes fundamentais do capital. Nesta dinâmica prevista pelas relações entre capital e

ISBN 978-65-5623-002-3

trabalho, há avanços (reformas) ou retrocessos (contrarreformas) nos sistemas de garantias da proteção social.

Os processos de produção e os resultados das tensões entre trabalho e capital podem ser visualizados na América Latina, ao mesmo tempo que constitui uma região em formação histórica contraditória. Cada um dos vinte países tem suas especificidades que não devem ser sublimadas e analisadas em diversas perspectivas como se fossem um único bloco global. No entanto, quando uma inserção específica é feita na divisão internacional do trabalho, com base em uma construção histórica dentro do capitalismo mundial e, analisando a obra deCarcanholo (2014), é possível dar à economia latino-americana um caráter, em graus variados, de dependência e de localização periférica na acumulação mundial de capital. Portanto, dependência e periferia no sistema econômico global caracterizam a unidade da América Latina, sem excluir as especificidades de cada membro.

A manutenção dessas duas situações contraditórias de formação de países explorados e exploradores é possível hoje, criando vínculos financeiros nos quais os primeiros (países periféricos) dependem de empréstimos, incentivos fiscais, empregos, tecnologia e mercadorias impostas pelos últimos (países centrais). Assim como, segundo Pereira (2017), os países explorados devem incentivar a força de trabalho mal remunerada, que mantém um grande número de pessoas em situação de pobreza, a minimizar os direitos e regulações trabalhistas, promover a privatização de serviços públicos e fazer acordos com a grande capital central.

No ambiente latino-americano, outras mudanças também estão ocorrendo, onde o neoliberalismo assume diariamente a centralidade da regulamentação governamental, promovendo uma estabilização de forças que atravessam o domínio da dominação e a direção de um projeto coletivo de nação. Para Rojas e Gomes (2017), a América Latina vive um momento turbulento em suas democracias, principalmente diante de um número considerável de medidas de austeridade econômica, o que causará sérias limitações no desempenho dos sistemas de proteção social.

Os processos de avanço do conservadorismo (ou neoconservadorismo) e da ala da extrema direita no continente latino-americano não podem ser vistos e analisados como casos isolados ou desconectados, mas como uma unidade dialeticamente engendrada. Bering (2008) afirma que o conservadorismo político permaneceu constante, mas ultimamente adquiriu novas formas de estabelecer fontes de legitimidade

ISBN 978-65-5623-002-3

(neoconservatismo), tais como: clientelismo moderno, neocorporativismo e mobilizações de voluntariado e caridade.

Portanto, analisar os fenômenos que afetam o Estado na América Latina e, consequentemente, o desmantelamento dos sistemas de proteção social não é uma tarefa simples, principalmente quando se pensa em reorganizar a crise e a classe burguesa, juntamente com a expansão do imperialismo e do neocolonialismo, testemunhada na adaptação à geopolítica mundial (ROJAS; GOMES, 2017).

O que está acontecendo atualmente nos sistemas de proteção social não deve ser visto como algo novo, mas como uma "melhoria", com novos atores e formas sociais de processos de contrarreforma vistos a partir de 1980, com a expansão do capitalismo mundial com apoio das agências internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo). A implementação de contrarreformas nos Estados latino-americanos (contrarreformas administrativas) e na proteção social (desmantelamento dos sistemas públicos) têm seu ponto de partida no Consenso de Washington e na falácia da necessidade de estabilização econômica e inflacionária. Essas contrarreformas, inicialmente, atuaram na privatização de serviços públicos e de empresas públicas, ou seja, reduziram o papel do Estado na sociedade.

Juntamente com esses discursos, o novo paradigma periférico da pobreza como elemento central da política social e dos desenhos de programas se expande por todo o mundo capitalista periférico e central. Essas novas políticas são elaboradas com a ajuda dessas mesmas organizações multilaterais que buscam abordar apenas as expressões e manifestações imediatas da questão social (como a pobreza absoluta), perdendo qualquer vínculo direto com problemas estruturais (como desemprego, racismo e machismo). Esse novo pensamento e ação, que a academia desempenha papel importante na manutenção, reforça ações focadas e individualizadas, sem atuar em questões centrais que geralmente são as causas dessa realidade (PASTORINI; MARTINEZ, 2014).

Outro ponto importante na construção desses novos modelos de ação é vincular a expansão da pobreza à necessidade de reduzir a natureza protetora do Estado (por meio dos sistemas públicos de proteção social), o que inclui o aumento da dimensão repressiva e coercitiva, substituindo um Estado social por um Estado punitivo. Essas mudanças, tanto na sociedade como no Estado, só são possíveis graças ao apoio político e econômico de vários setores da sociedade diante da extensão de novas narrativas, atores e situações que promovem a insegurança e desenvolvem uma cultura de medo como figura

ISBN 978-65-5623-002-3

onipresente. Onde o medo, a insegurança e a violência se tornaram fatores importantes de coesão social (MORÁS, 2010).

O capitalismo, especialmente quando guiado pelo neoliberalismo e neoconservadorismo, está hoje na raiz da existência de pobreza, miséria, injustiça social e degradação humana em suas mais variadas facetas da crueldade. Assim, os sistemas de proteção social enfrentam um tsunami de darwinismo social, que tende a predominar na lógica perversa do funcionamento do mundo.

Na tentativa de enfrentar essa situação desenvolvem-se as políticas sociais, como as políticas de intervenção estatal, nas condições de reprodução da vida em várias classes e grupos sociais. Assim, é apresentado como um campo de relações e práticas, organizado pelo Estado, dentro do qual a disputa surge pela constituição de condições básicas de vida como um assunto público (aqui empreendido no sentido coletivo/interesse geral) ou como um assunto privado (DANANI, 2010).

A resposta das políticas públicas e sociais à situação de proteção social está atualmente resumida em uma promessa civilizadora perversa de que, com base em uma construção ideológica fetichizadaestabelecendo que, através do acesso ao emprego, serão enfrentadas manifestações de (des)proteção, baseia na ideia de que a falta de qualificação profissional é um fator decisivo para a empregabilidade (GERSCHENSON; SCHERER, 2016). Assim, o processo educacional seria o único agente de constituição social e de apaziguamento da luta de classes, ocultando as relações de exploração.

Vale a pena refletir sobre as políticas sociais e seu campo de ação além do horizonte de se estabelecer como mera estratégia de acomodação de conflitos ou caridade social. Para isso, segundo Paiva e Ouriques (2006), é necessário recorrer a eles no processo de disputa política para obter um real excedente econômico das classes historicamente desapropriadas, e não simplesmente em políticas que reduzam as sérias manifestações de pobreza (extrema pobreza, por exemplo) através do acesso a serviços sociais básicos.

O Estado inserido no capitalismo monopolista de orientação neoliberal atua como um instrumento de organização econômica, mas sempre buscando administrar os ciclos da crise e fornecer mecanismos à sua renovação às custas da classe trabalhadora. Nesse contexto, as políticas sociais são promovidas na ideia de que o Estado gerencia as expressões e manifestações da questão social, garantindo condições básicas de sobrevivência da população em nome do desenvolvimento monopolista do capital (RAICHELIS, 2013).

ISBN 978-65-5623-002-3

No entanto, sob o velho discurso, o espaço das políticas públicas também está sendo desmantelado em todo o mundo. Na Europa, existem fortes movimentos neoliberais e neoconservadores para desmantelar o que resta do Estado de bem-estar social, por exemplo: na previdência social (aumento da idade, aumento do período de contribuição), nas relações de trabalho (diminuição dos direitos, fim da estabilidade e aumento dos requisitos para acesso ao seguro-desemprego), na assistência social (condicionalidades para receber benefícios sociais), na saúde e educação, com a introdução da necessidade de pagar parte serviços/direitos, desmonte da universalidade (BOSCHETTI, 2009).

Não muito diferente do território latino-americano, onde as propostas para a construção de novos rumos se baseiam na fórmula do neoliberalismo, de acordo com Behring (2009) sob os seguintes princípios: I) o desenvolvimento de um Estado que rompe com o poder dos sindicatos; II) um Estado com baixo desempenho na área social e na regulação econômica; III) a busca da estabilidade monetária sobre todos os outros aspectos da vida em sociedade; IV) reestruturação dos gastos sociais e, consequentemente, expansão da taxa de desemprego; V) reformas tributárias, reduzindo a cobrança de impostos sobre grandes patrimônios e; VI) a diminuição da operação dos direitos sociais com o desmonte dos sistemas de proteção social.

3 CONCLUSÃO

O estudo do Estado e dos sistemas públicos de proteção social na América Latina baseia-se na necessidade de problematizar teorias eminentemente latino-americanas que entendam e levem em consideração as especificidades e a diversidade das nações, bem como, o grave quadro de desigualdades sociais e econômicas. Nesse novo contexto de proposta, pode-se dizer que as sociedades latino-americanas devem lutar contra discursos e ações, especialmente os neoliberais, que visam reduzir ou mesmo exterminar os sistemas de proteção social.

É essencial perceber a exploração e o domínio como uma maneira de conhecer a realidade, pois o capital não pode ser revelado no mundo dos fenômenos com essas ações. O capital tem entre suas promessas a de promover um mundo com homens livres e iguais que, mesmo violando, devem reconstruí-lo. Existe, portanto, a criação de um mundo imaginário (ficção) que cobre e distorce a essência de seu ser (mundo real), onde o capital precisa se apresentar de maneira distorcida, para não revelar, à primeira vista, o que é

ISBN 978-65-5623-002-3

realizado. Esse fenômeno é chamado fetichização do capital, que acaba criando um mundo encantado: o capital como uma fábula.

Nesse cenário, o presente estudo teve como objetivo responder o seguinte problema de pesquisa: quais são as perspectivas que devem ser levantadas em consideração na compreensão do Estado de orientação neoliberal na América Latina no que se refere aos impactos aos sistemas de proteção social? Onde, devido a esses movimentos de contrarreformas no Estado e nos sistemas de proteção social, que até então eram guiados pelos princípios de igualdade, equidade e justiça distributiva, forma-se um ambiente de contratempos e retirada de direitos sociais. Contraditoriamente, as ideologias, os valores e as práticas que se opõem aos direitos sociais ganham terreno, impondo limites à realização de políticas públicas que beneficiem a todos, com base em uma nova administração dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo que a dependência forma uma mutualidade, ela constitui processos contraditórios. Por um lado, existem nações exploradas e empobrecidas com altas taxas de desigualdades sociais, econômicas, políticas e de acesso a direitos, que são compostas por uma força pouco qualificada e mal remunerada e que trabalham em instalações de subemprego, o que causa, especialmente nos últimos anos, a diminuição do poder coletivo de exigir do Estado melhorias sociais. Por outro lado, existem as nações exploradoras e colonizadoras que se enriqueceram com a desapropriação da riqueza mineral e com a exploração do trabalho das pessoas e Estados que estão fora do capitalismo central.

Como perspectiva para a compreensão dos Estados e dos sistemas de proteção social na América Latina, há, em particular, uma tentativa de "comercializar" a vida em sociedade, usurpando os direitos de cidadania e, portanto, diminuindo o papel e a participação do Estado na proteção social. Nesse ponto, é possível afirmar que a realidade, os fatos e os eventos precisam ser desmascarados, para que haja um longo caminho de construção entre a aparência e a essência, entre a parte e a totalidade, entre o singular e o universal.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ISBN 978-65-5623-002-3

ARÁOZ, Horacio. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 12, n. 34, p. 11-34, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, I. et al (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13-34.

_____. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina. In: BOSCHETTI, I et al.(Org.).**Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BURGINSKI, Vanda Micheli. A contrarreforma do Estado na ideologia neoestruturalista da Cepal. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 280-295, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 283-320.

_____. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, 2017.

CASTELO, Rodrigo. Estado, transformismo e supremacia rentista no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 296-302, 2014.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Carine. **Panorama social de América Latina 2018**. Santiago do Chile: Cepal, 2019.

DANANI, Claudia. El espacio publico en su laberinto: las políticas sociales y las confontaciones del universalismo. In: GLUZ, N.; SALGADO, J. A. (Orgs.). **Particularismo y universalismo en las políticas sociales:** el caso de la educación. Buenos Aires: UNGS, 2010.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

GERSHENSON, B.; SCHERER, G. A. Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 160-170, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.
JESSOP, Bob. Política social, Estado e “sociedade”. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, 2013.

ISBN 978-65-5623-002-3

MELO, L. V.; PAESE, C. R. As políticas sociais e o combate à exclusão: repensando o papel do Estado na contemporaneidade. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 5, n. 1, p. 102-119, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

MORÁS, L. E. Los dilemas y desafíos de las políticas progresistas de seguridad. **Revista EncuentrosUruguayos**, Montevideo, n. 3, p. 6-21, 2010.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, 2006.

PASTORINI, A. & MARTÍNEZ, I. (2014). Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-67.

PEREIRA, Camila Potyara. A proteção social em tempos sem brios. **Revista Argumetum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, 2017.

PEREIRA, V. S.; ARAÚJO, M. A. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social. Tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013.

ROJAS, G. A.; GOMES, C. M. C. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 15, p. 17-32, 2017.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, 2014.

WOOD, Ellen Meiskins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.